



1 ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS – Aos vinte e seis dias do mês de
2 setembro de dois mil e dezessete, às dezoito horas e trinta e dois minutos, na
3 sala de reuniões, situada à Rua: Balduino Taques, 445 – Centro. Realizou-se a
4 décima terceira reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. **Presentes**
5 **os conselheiros Titulares:** Diego Osmar Rodrigues, Jefferson Magno Pereira,
6 Elaine Cristina Rinaldi, Ana Paula Tozetto, Cláudia Cristina Saveli, Felipe Simão
7 Pontes, Leandro Soares Machado, Paulo Saincler Heusi, José Timóteo
8 Vasconcellos Sobrinho, Inez Rosemari Safraide, Candido José Coesel, Sueli
9 Terezinha Mensen e Ana Maria Bourguignon de Lima. **Presentes Conselheiros**
10 **Suplentes:** Bruno Cavasotti Almeida, Beatriz Martins Ciriaco de Francisco, Ana
11 Caetano Pinto e Ailton José Spitzner. O Presidente José Timóteo Vasconcellos
12 Sobrinho assume os trabalhos e procede a abertura da reunião, cumprimentando
13 a todos os presentes. **PAUTA: 1. Leitura e Aprovação da 12ª Ata da reunião**
14 **Ordinária. 2. Relato Geral. 2.1. Relato das Comissões. 3. Informes Gerais: 4.**
15 **Ordem do Dia. 4.1. Apreciação do Plano Aplicativo dos saldos**
16 **remanescentes do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em**
17 **Saúde – VIGIASUS. 4.2. Apreciação do Plano Municipal de Saúde –**
18 **2018/2021.1. Leitura e Aprovação da 12ª Ata da Reunião Ordinária.** Ata
19 aprovada com ressalva do 2º secretário Diego Osmar Rodrigues na linha 30
20 “TEMAC’ correção “PNAB (Política Nacional de Atenção Básica)” (12 votos
21 favoráveis e 1 abstenção). **2. Relato Geral. 2.1. Relato das Comissões.** A
22 conselheira Sueli Terezinha Mensen lê o relato da Comissão de Orçamento
23 Programas e Projetos. A Comissão reuniu-se às 18h30min. Pauta: 1º Item:
24 Análise da entidade: Documentação da Associação Ministério Melhor Viver, está
25 de acordo com a resolução 001 de 2017 do CMS. 2º Item: Análise do 1º
26 Quadrimestre. A comissão analisou o primeiro quadrimestre, até a meta 23 onde
27 foram apontadas dúvidas nas metas, 16; 21 e 23 pela comissão. Meta 16-
28 Implantar ambulatório para pacientes Pré diabético- manter- implantado com um
29 total de 19 paciente a dúvida da comissão são, quais os critérios do total de
30 paciente e se abrange a demanda do município. Meta 21- Realizar triagem visual
31 dos alunos matriculados no 1º Ciclo das escolas municipais foi triados 4131
32 alunos, 10,79% do total de alunos. Na programação anual está previsto total de
33 5857 alunos ano, sendo que este valor em porcentagem não é real, subentem-se
34 que a meta no 1º Quadrimestre foi cumprida em média 80%. Na meta 22 –
35 realizar triagem auditivas dos alunos matriculados no 1º ciclo escolar foram
36 traídos 4131, total de 54,78 % no relatório anual esta previsto total no ano de
37 5857 ano, pela análise dos numero entende-se que a porcentagem esta
38 equivocada conforme o relatório do quadrimestre a media foi cumprida na media
39 de 80 %. Meta 23- dar continuidade as atividades do grupo de mães na saúde
40 escolar- (manter) justificativa: o grupo de mães ainda não iniciou, porque o
41 programa esta passando por readequações, tanto de espaço físico quanto das
42 ações desenvolvidas em janeiro férias escolares, em fevereiro mudança de
43 espaço físico para o Hospital da Criança, em 20 de abril devido a parceria com a



44 secretaria de educação, mudança de espaço físico do programa para usina do
45 conhecimento. Diante deste relatório de difícil compreensão a comissão solicitou
46 apresentação dos quadrimestres nas reuniões ordinárias pela Secretaria
47 Municipal de Saúde, com fulcro na lei complementar 141 de 2012, art. 2º incisos I
48 e II. Reunião encerrada às 19h30min. A conselheira Sueli Terezinha Mensen
49 explana que vai convidar algumas entidades para participar das reuniões da
50 Comissão de Orçamento, Programas e projetos. O Presidente José Timóteo
51 Vasconcellos Sobrinho explana que como a documentação da **Associação**
52 **Ministério Melhor Viver** está de acordo com a resolução 001 de 2017 do CMS,
53 coloca para aprovação referente ao cadastro da entidade no CMS. Aprovado por
54 (16 votos favoráveis) unanimidade dos presentes. **3. Informes Gerais:** A
55 conselheira Elaine Rinaldi convida os conselheiros para participar dia 03 de
56 outubro da palestra de abertura da semana da Enfermagem, que vai tratar do
57 financiamento do SUS que teve algumas alterações e se os conselheiros tiverem
58 a disponibilidade de prestigiar está palestra. A conselheira Claudia Cristina Saveli
59 informa que estará participando da 1ª Conferência Estadual de Vigilância em
60 Saúde do Paraná, representando o CMS. O conselheiro Jefferson Magno Pereira
61 explana que ele e os conselheiros José Timóteo Vasconcellos Sobrinho, Paulo
62 Saincler Heusi e a Claudia Saveli irão participar da 1ª Conferência Estadual de
63 Vigilância em Saúde do Paraná, o carro saíra da 3ª Regional de Saúde as
64 06h00min. (manhã), dia 29 de setembro de 2017. O conselheiro Jefferson Magno
65 Pereira explana a respeito da UPA (Unidade de Pronto Atendimento) Santa
66 Paula, que todo mundo elogia e de fato é bom, diz que o atendimento no balcão
67 a recepção é zero, diz que o paciente não foi bem atendido; gostaria de saber
68 como funciona, se tem algum fiscal de contrato, e se é feita a avaliação de quem
69 trabalha no atendimento, na pré recepção, porque presenciou o mau
70 atendimento ao paciente; diz que se fosse funcionário publico respondia
71 administrativamente pelo ato. Diz que deveria ter um canal do paciente com a
72 ouvidoria; e pergunta se tem livro de registro, gostaria que a população tivesse
73 informações referentes à ouvidoria e o livro para que os pacientes possam
74 registrar as reclamações. O secretario Adjunto de Gestão em Saúde Sr. Robson
75 Xavier da Silva explana que só pode agir ou abrir um processo administrativo se
76 houver uma denuncia ou uma manifestação, coloca que o próprio conselheiro
77 enquanto cidadão poderia ter feito está denuncia para que nós pudéssemos
78 tomar as medidas necessárias. Diz que tem livro de registro de ocorrências na
79 unidade e que acha importante solicitar a ouvidoria que disponibilize ampla
80 divulgação na recepção de seus contatos telefônicos. **4.1. Apreciação do Plano**
81 **Aplicativo dos saldos remanescentes do Programa de Qualificação das**
82 **Ações de Vigilância em Saúde – VIGIASUS.** A coordenadora de vigilância em
83 saúde Srª Priscila Vanessa Alves Santos explana referente ao Descritivo da
84 Aplicação dos saldos remanescentes previsto no Artigo 1º § 3º da Resolução
85 SESA/PR nº 403/2017 de 11 de julho de 2017, do Programa Estadual de
86 Qualificação da Vigilância em Saúde – no Estado do Paraná – VIGIASUS,



87 *contrapartida do município*, conforme determina o Artigo 6º da Resolução
88 SESA/PR nº 150/2013, a qual instituiu o Programa, a contrapartida municipal
89 será a execução das ações de Vigilância em Saúde já pactuadas e manter
90 equipe mínima de acordo com os elencos das ações de Vigilância em Saúde em
91 níveis de complexidade do município, conforme norma estabelecida pela CIB/PR.
92 Utilização do saldo remanescente. A programação das despesas referentes aos
93 saldos remanescentes de custeio e capital deverá ser submetida ao Conselho
94 Municipal de Saúde conforme o parágrafo 3º do Artigo 1º e Artigo 2º desta
95 Resolução. As tabelas a seguir foram elaboradas com a descrição de despesas
96 relativas a custeio (despesas correntes) e capital (investimento), baseadas na
97 Resolução 408/2017, a fim de auxiliar o município no planejamento e na
98 execução dos saldos remanescentes. Despesas de custeio; despesas de capital.
99 *Prestação de Contas*: A execução dos saldos remanescentes deverá ocorrer
100 dentro do ano em exercício (2017), conforme o artigo 4º, da Resolução SESA
101 403/2017. Os municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório
102 de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano
103 seguinte ao da execução financeira e/ou Relatório Detalhado do Quadrimestre
104 Anterior – RDQA, cabendo ao conselho emitir parecer conclusivo sobre o
105 cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de
106 13.01.2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos
107 de acesso público. **4.2. Apreciação do Plano Municipal de Saúde – 2018/2021.**
108 O Secretário Adjunto de Gestão em Saúde Sr. Robson Xavier da Silva explana a
109 importância que esse processo diferentemente do conjunto de Municípios da
110 nossa Regional de Saúde, o nosso Município saí na frente, já no mês de
111 fevereiro nós já estávamos nos reunindo com toda a equipe, discutindo aquilo
112 que nós tínhamos alcançado, apresentamos discutimos as perspectivas para os
113 próximos quatro anos. O Plano teve a participação de mais ou menos 50 a 60
114 servidores, alguns conselheiros do CMS participaram das nossas discussões,
115 tiveram a oportunidade de apresentar as propostas, discutiram conosco
116 avaliaram o que tínhamos feito e o que pensávamos em fazer para os próximos
117 quatro anos. O 2º secretário Diego Osmar explana a importância da contribuição
118 do Seminário do Controle Social, fazerem parte do Plano Municipal de Saúde,
119 para que possamos incluir as nossas contribuições no Plano Municipal de Saúde,
120 discutir no CMS e depois passar no Plano Municipal de Saúde. O presidente
121 José Timóteo Vasconcellos Sobrinho explana que o Plano Municipal de Saúde –
122 2018/2021 será encaminhado para a Comissão de Orçamento, Programas e
123 Projetos. O presidente José Timóteo Vasconcellos Sobrinho encerra a reunião às
124 19h50min.